

***COMPRAR, VENDER E EMPRESTAR: O MERCADO INFORMAL DE CRÉDITO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1820-1870***

CLEMENTE PENNA<sup>1</sup>

Esta comunicação é fruto de pesquisa ainda em estágio inicial, que tem como objetivo central investigar as estratégias de investimento, produção e consumo adotadas pelos trabalhadores urbanos cariocas frente às reformas liberais de modernização do mercado ao longo da segunda metade do século XIX e seus significados e impactos nas relações sociais e de trabalho no período. O que ora se apresenta são algumas reflexões em torno de elementos que se mostraram imprescindíveis para uma melhor compreensão a respeito do mundo dos trabalhadores urbanos cariocas no oitocentos: o mercado informal de crédito e suas relações com o comércio de varejo. Apesar de tema ainda pouco explorado, alguns historiadores têm, recentemente, chamado a atenção para o volume e importância do crédito informal para economia brasileira no século XIX. Se aliarmos isto ao já conhecido incremento das atividades comerciais e crescimento urbano da capital fluminense no período, uma investigação mais detalhada das relações entre estes dois fenômenos se faz pertinente e necessária. A opção cronológica aqui adotada abrange os anos 1820 a 1870 e se deu tendo em mente a consolidação de dois fatores específicos: o primeiro é o estabelecimento da corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro e o segundo a implementação do código comercial de 1850.

A partir da chegada da família Real ao Rio de Janeiro, em 1808, é possível percebermos uma profunda mudança no contexto socioeconômico da cidade<sup>2</sup>. Interessa-me aqui sobretudo, o incremento das atividades comerciais, impulsionado pela abertura dos portos e consequente aumento dos investimentos estrangeiro – britânicos principalmente<sup>3</sup> – além de acentuado desenvolvimento urbano.

Experimentadas em um primeiro momento na cidade do Rio de Janeiro, tais mudanças

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela UFRJ; clemente.penna@gmail.com

<sup>2</sup> SCHULTZ, K. **Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821**. Psychology Press, 2001. Para um balanço historiográfico sobre o período Joanino ver: CARVALHO, J. M. de. *D. João e as histórias dos Brasís*. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 56, 2008.

<sup>3</sup> Neste sentido ver principalmente: GRAHAM, R. **Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914**. CUP Archive, 1972.

criaram as bases para o *boom* econômico que iria se observar em praticamente toda a nação a partir de 1850<sup>4</sup>. A expansão comercial, percebida a partir de meados do século XIX, foi responsável pela consolidação de um dinâmico mercado interno, que passaria a se inserir de forma cada vez mais autônoma aos quadros da economia atlântica, apesar da sempre forte presença da agro exportação<sup>5</sup>.

O advento deste mercado interno foi responsável por um incremento nas importações e atividades comerciais, centradas no porto e nos armazéns da cidade do Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Houve, da mesma forma, um significativo aumento nas atividades relacionadas ao comércio de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, ligadas entre outros fatores, ao crescimento populacional dos anos posteriores a instalação da corte portuguesa. A cidade passou de 60.000 habitantes, em 1808, para 116.444 almas no ano de 1821<sup>7</sup>. Parte importante deste novo mercado interno foi, sem dúvida, o pequeno comércio de varejo e serviços. O setor terciário carioca foi lugar primordial de atuação para trabalhadores de diversas origens e condições sociais, que tinham nas atividades mercantis e na prestação de serviços, sua principal fonte de renda.

As atividades ligadas ao abastecimento dos centros urbanos, além de sua óbvia importância de prover alimentação para a cada vez mais populosa capital do Império, foram também campo de atuação de um enorme contingente de trabalhadores<sup>8</sup>. Era negociando pelas ruas e armazéns da cidade que trabalhadores brasileiros, imigrantes europeus e africanos(as) e seus descendentes – fossem eles escravos, livres ou libertos, interagiam entre si e com as autoridades locais, em um ambiente que além de prover seu sustento material, foi também um espaço de busca por afirmação política, redefinição de identidades e da própria noção de liberdade. As cidades brasileiras foram, desta forma, locus da formação de complexas relações sociais, culturais e de trabalho, como diversos autores tem demonstrado<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> BULMER-THOMAS, V. **The Economic History of Latin America since Independence**. 2 ed. Cambridge, U.K. ; New York: Cambridge University Press, 2003.

<sup>5</sup> FRAGOSO, J. L. R e FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia : Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>6</sup> FRAGOSO, J. L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

<sup>7</sup> SOARES, L. C. **O “povo de cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2007. p. 26-7.

<sup>8</sup> Em seu mais recente estudo, Richard Graham demonstra a complexa rede comercial e de crédito e o enorme contingente populacional envolvidos nas atividades ligadas ao abastecimento da cidade de Salvador: GRAHAM, R. **Feeding the City: From Street Market to Liberal Reform in Salvador, Brazil, 1780–1860**. University of Texas Press, 2010.

<sup>9</sup> A bibliografia sobre o tema é vastas, para um balanço bibliográfico sobre a escravidão urbana no Brasil, que trás também uma série de trabalho acadêmicos a respeito do pequeno comércio ver: FARIAS et all.



No sentido de compreender estas intrincadas relações que se forjaram nas cidades brasileiras ao longo do século XIX, diversas pesquisas procederam no levantamento e análise de extenso e variado corpo documental. Ao se debruçar sobre o comércio urbano no Brasil oitocentista, estes trabalhos contribuíram para que tenhamos hoje uma noção mais ampla a respeito de seu funcionamento, volume e impacto no desenvolvimento das nascentes cidades brasileiras. Quer tenha sido através do acompanhamento de trajetórias individuais, ou de grupos étnicos específicos e suas interações com as autoridades municipais e policiais, tais pesquisas auxiliaram muito no sentido de alargar nosso entendimento sobre a economia brasileira no oitocentos. Chama atenção, entretanto, que a maioria destes trabalhos tenham passado ao largo de questões como consumo, crédito e a própria noção de “mercado”, em um período de intensas mudanças, trazidas pelo ideário liberal e pela expansão de uma lógica capitalista. O advento do capitalismo no Brasil, visto muitas vezes como sinônimo de trabalho assalariado, industrialização e prosperidade material, acabou por encontrar seu campo mais fértil na historiografia brasileira, quando analisado frente ao esforço modernizador, tão característico da *Belle Époque* da Primeira República<sup>10</sup>.

O grau de industrialização e desenvolvimento tecnológico no Brasil ao longo do século XIX o manteve, inegavelmente, a uma considerável distância das duas maiores potências capitalistas, Inglaterra e EUA, mas seria ingenuidade da parte do historiador do oitocentos brasileiro não reconhecer por aqui o fortalecimento e expansão de uma lógica capitalista de mercado e as crescentes transformações e pressões que elas impuseram, principalmente sobre as classes trabalhadoras.

É dentro desta perspectiva, que diversos autores tem, recentemente, tentado compreender melhor de que maneiras o incremento da produção e do consumo e a abrangência e crescimento das redes comerciais e financeiras influenciaram e moldaram novas relações sociais, culturais e de trabalho. Tais autores apontam para a ideia geral de que uma análise mais detalhada em torno das transformações no mercado podem auxiliar numa melhor compreensão dos processos sociais e econômicos que acometeram diversas nações ocidentais ao longo do oitocentos. Ao se debruçar sobre o que podemos chamar de “cultura do mercado”, tais pesquisas tem contribuído no sentido de apontar para novas perspectivas teóricas e metodológicas e tem como ponto comum uma abordagem interessada em perceber

---

**Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX.** São Paulo: Alameda, 2006.

<sup>10</sup> CAULFIELD, S. The Making of the Carioca Working Class: Social History of Rio de Janeiro during the First Republic. *Luso-Brazilian Review*, v. 28, n. 2, p. 99–105, 1 dez. 1991.

as respostas dos indivíduos frente às marcantes mudanças nas conjunturas econômicas no período em questão.<sup>11</sup>

Foi dentro deste contexto de intensas mudanças em que se encontrava a capital do Império em meados do XIX. Para compreender o impacto dessas transformações na vida dos trabalhadores cariocas, uma estratégia comum foi investigar as relações destes trabalhadores com o poder municipal e as elites locais. Pretendo advogar aqui uma análise mais preocupada em perceber os padrões de investimento e consumo desses indivíduos, preconizando uma análise que tenha como base fontes que possibilitem mensurar e analisar de que maneira indivíduos alocaram seus recursos – dito de outro modo, acredito ser preciso seguir o dinheiro.

Esta não é, todavia, tarefa fácil, uma vez que estamos lidando com um período em que a cobrança de impostos aos comerciantes e prestadores de serviço se limitava ao pagamento de licenças à Câmara e multas em caso de infração de posturas. Vale ressaltar também que a escassez de meio circulante foi também uma constante no mercado carioca do período o que acabou direcionando a pesquisa em direção ao mercado informal de crédito, que tem se mostrado uma das mais importantes engrenagens do mercado urbano carioca.

Zephyr Frank observou um mercado crédito muito difundido entre a classe média carioca ao longo da primeira metade do XIX. Segundo o autor, as dívidas ativas presentes nos inventários, representavam a segunda maior fonte de renda no período, atrás apenas de imóveis e seguido por escravos<sup>12</sup>. O funcionamento deste mercado, entretanto, ainda é desconhecido na historiografia brasileira, que possui um número reduzido de trabalhos que se ocuparam do tema.

Trabalhos a respeito do mercado de crédito no Brasil se preocuparam principalmente, com a evolução das instituições financeiras e o impacto das reformas instituídas pelo Código Comercial de 1850, a Lei dos Entraves de 1860 e a Lei de Hipotecas de 1864 na modernização da atividade creditícia e sua influência nos rumos da economia (numa

---

<sup>11</sup> SEWELL, W. H. A Strange Career: The Historical Study of Economic Life. **History and Theory**, v. 49, n. 4, p. 146–166, 2010; HASKELL, T. L.; TEICHGRAEBER, R. F. **The culture of the market: historical essays**. Cambridge [u.a.: Cambridge University Press, 1996; STOKES, M.; CONWAY, S. **The market revolution in America: social, political, and religious expressions, 1800-1880**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996. CURRARINO, R. Toward a History of Cultural Economy. **The Journal of the Civil War Era**, v. 2, n. 4, p. 564–585, 2012.

<sup>12</sup> FRANK, Z. L. **Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-century Rio de Janeiro**. [S.l.]: UNM Press, 2004.





perspectiva macroeconômica) do país.<sup>13</sup> Exceção neste sentido é a tese de Rita de Cássia Almico, que estuda a estrutura do crédito privado em Juiz de Fora entre 1853 e 1906. A autora trabalha principalmente com os processos de execução de dívidas e procura traçar um perfil de credores e devedores, a natureza e valor das dívidas e taxas de juros praticadas. A autora percebe que a atividade creditícia privada era altamente disseminada entre todas as camadas da população. Conclusão ao qual também chegou Maria Luiza Oliveira ao analisar o comércio e as transformações urbanas na São Paulo da segunda metade do século XIX. Através do levantamento de inventários post mortem, a autora demonstra que as relações de crédito privado eram bem difundidas,<sup>14</sup> mas assim como Alminco, sua análise se concentra mais em detalhar o volume e abrangência do mercado informal de crédito. Um ponto que chama atenção no trabalho de Oliveira é a presença marcante de pequenos e médios comerciantes neste mercado de crédito da região, o que reforça a ideia de uma intrínseca relação entre o pequeno comércio de varejo e o crédito no Brasil oitocentista.

Concordando com as autoras em relação a importância e abrangência do crédito privado para o período, proponho aqui uma análise que possibilite a percepção das implicações sociais ou mesmo impacto deste mercado informal de crédito nas relações de trabalho, produção e consumo no período.<sup>15</sup>

Parece-me que crédito informal foi um fator que exerceu grande influência nas estratégias de sobrevivência e investimento de considerável parcela da população, em especial aquelas mais suscetíveis aos ciclos de crescimento e depressão inerentes aos capitalismo. Cabe perguntar então quais seriam as implicações sociais e culturais fenômeno. Exemplar neste sentido é o trabalho de Craig Muldrew. Ao analisar o mercado de crédito da cidade inglesa de King's Lynn, entre 1550 e 1720, o autor argumenta que as relações de crédito se estendiam para muito além de suas óbvias implicações econômicas. Prosperar no mercado descrito por Muldrew, significava para os membros de uma família construir seu crédito “culturalmente” de forma que ele fosse interpretado positivamente em uma comunidade na qual empréstimos e pagamentos eram sempre tratados em públicos. O autor procura

---

<sup>13</sup> Ver: Joseph. J. R. **Credit where Credit is Due: Lending and Borrowing in Rio de Janeiro, 1802--1900**. Phd Thesis. University of California. Los Angeles. 2005; BRITO, M. S. **Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX**. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP. São Paulo, 2006, MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87). *Rev. Bras. Econ.* vol.56, n.1, pp. 147-170, 2002; GUIMARÃES, **op. cit.** e LEVY, M. B. **op. cit.**

<sup>14</sup> OLIVEIRA, M. L. F. DE. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900**. São Paulo: Alameda, 2005. p.133-208

<sup>15</sup> ALMICO, R. C. S. **Dívida e Obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs. XIX/XX**. Tese de Doutorado. UFF. Niterói, 2009.

demonstrar que em um mercado regional pouco monetarizado, em que as famílias e indivíduos se relacionavam intensamente entre si, o crédito tomou proporções que foram muito além de uma pura e simples troca monetária. Empréstimo, pagar e cobrar dívidas tinha um forte caráter social, e manter um “bom nome na praça” foi fundamental mesmo quando a expansão do mercado levou ao surgimento e modernização das instituições financeiras. O caráter público das relações de crédito foram também uma constante na praça do Rio de Janeiro, pedidos de empréstimo, cobrança de dívidas e avisos de mudança de domicílio ou ausência da Corte eram anúncios muito comuns nos periódicos cariocas, o que fez desse corpo documental porta de entrada para o mundo do crédito informal.<sup>16</sup>

Por se tratar de uma economia carente de meio circulante, pedir e emprestar dinheiro era atividade vital para manter as atividades produtivas em movimento. Entretanto, as interações entre o pequeno comércio de varejo, o crédito informal e seus impactos nas formas de se consumir, investir, acumular e mesmo trabalhar, são virtualmente desconhecidas da historiografia brasileira<sup>17</sup>. Se tomarmos como exemplo alguns trabalhos a respeito das relações entre comércio de varejo e crédito informal na América Latina e EUA fica perceptível que estes dois fatores funcionaram como engrenagem das economias urbanas mercantis no oitocentos e criaram intrincadas redes de relações econômicas e sociais entre trabalhadores, vendedores e consumidores. Ao que tudo indica, essa foi também a realidade da capital do Império do Brasil.

Para a Cidade do México, por exemplo, Marie Francois demonstrou a importância do comércio de varejo para a economia local, principalmente no que diz respeito às classes populares. Ao concentrar e controlar a venda de produtos e o crédito informal, os comerciantes tinham na população mais pobre muito mais do que meros consumidores, tratava-se na verdade de uma relação nos quais aqueles eram um misto de “banqueiros” e “patrões”. A autora demonstra que a prática de se emprestar dinheiro na base da venda por consignação de produtos usados ou produzidos pelas unidades familiares foi um importante meio de sobrevivência das classes populares mexicanas e fator crucial para se entender as relações de trabalho no período. Ao cruzar uma variedade de fontes documentais a autora aponta para uma grande diversidade produtiva nas unidades familiares e suas diversas estratégias de sobrevivência, e por vezes, mesmo de ascensão social, que este “comércio por

---

<sup>16</sup> Foram analisados os periódicos Diário do Rio de Janeiro e Correio Mercantil entre os anos de 1820 a 1870, nos quais foi realizada um levantamento dos anúncios de um mês aleatório para cada ano do período estabelecido. Os periódicos se encontram na Hemeroteca Digital Brasileira <<http://memoria.bn.br/>>.

<sup>17</sup> Exceção feita aqui à análise de GRAHAMM, R. **op. cit.**, 2010, onde o autor aponta para o papel preponderante que o crédito exerceu no mercado de abastecimento de Salvador.



consignação” proporcionava.<sup>18</sup>

Já para o contexto norte americano, Wendy Woloson demonstra, da mesma maneira, como o pequeno comércio por consignação e o mercado informal de crédito e penhor, também concentrado nas mãos dos pequenos comerciantes, foram centrais na vidas dos trabalhadores. Trocar e penhorar objetos de valor e vender por consignação era bastante usual e o comércio de varejo foi uma importante “rede de segurança” para as classes trabalhadores, na medida em que foi um das poucas garantias de acesso a pequenas quantias de dinheiro em momentos de necessidade.<sup>19</sup> A venda por consignação da produção doméstica e a venda e troca de produtos usados, conforme tem apontado trabalhos para a América do Norte e Europa, faziam parte do dia a dia das cidade, onde se criaram verdadeiras “economias subterrâneas”, que foram cruciais para sobrevivências dos trabalhadores pobres<sup>20</sup>. Empenhar alguns poucos objetos de valor para comprar insumos para a produção artesanal, para ser depois vez trocada por mantimentos nas lojas de secos e molhados, foi para muitas famílias uma das poucas opções de sobrevivência em tempos de recessão e escassez de emprego.

Um dos poucos trabalhos que se dedicaram à uma investigação mais detalhada dos empréstimos por penhor no Brasil é a tese de doutorado de Alison Adams. Ao analisar a documentação referente a Caixa Economia ao longo do século XIX, a autora demonstra que o Monte de Socorro, instituição ligada a Caixa Econômica, teve durante vários períodos número de empréstimos por penhor bem mais elevados do que os depósitos em dinheiro. Segundo Adams, o Monte foi uma instituição ativa e popular entre a populações carioca.<sup>21</sup> Adams chama atenção para o fato do Monte aceitar empréstimo apenas contra ouro e prataria, restringiu seu acesso às classes média e elites, que se valiam dele em momentos de dificuldade.

O Monte de Socorro não teve, entretanto, exclusividade nos negócios de penhor. Uma pesquisa preliminar nos jornais cariocas para o século XIX, demonstrou que o comércio de objetos usados era assunto que se mantinha sempre em pauta. Não faltam informações a respeito dos belchiores, como eram popularmente conhecidos os negociantes envolvidos com

---

<sup>18</sup> FRANCOIS, M. E. **A Culture of Everyday Credit: Housekeeping, Pawnbroking, and Governance in Mexico City, 1750-1920**. U of Nebraska Press, 2006.

<sup>19</sup> WOLOSON, W. A. **In Hock: Pawning in America from Independence through the Great Depression**. University of Chicago Press, 2009.

<sup>20</sup> Para um contexto mais amplo, ver: FONTAINE, L. **Alternative Exchanges: Second-hand Circulations from the Sixteenth Century to the Present**. Berghahn Books, 2008. Para Laurence, a venda e troca de produtos usados foi até meados do século XIX preponderante nos circuitos comerciais europeus.

<sup>21</sup> ADAMS, A. A. **The Caixa Economica: A social and economic history of popular banking in Rio de Janeiro, 1821--1929**, 2006. Phd Thesis, Harvard University, Cambridge, MA, 2005. Segundo a autora a limitação penhores apenas de prataria e jóia limitou o acesso a esta modalidade de crédito às classes médias e abastadas.

o empréstimo por penhor e o comércio de segunda mão. As posturas municipais de 1854 trazem uma novidade em seu título sexto, “Sobre polícia dos mercados, casas de negócio, portos de embarque e pesca” ao dedicar uma seção a respeito da regulamentação do comércio de segunda mão:

§ 15. Ninguém poderá ter casa ou loja de comprar e vender trastes e roupas usadas, vulgarmente chamadas casas de belchior, sem que assigne termo nesta Câmara de não comprar cousa alguma a escravos ou pessoas suspeitas, obrigando-se a ter um livro, que será rubricado gratuitamente pelo fiscal respectivo, em que façam os assentos do que comprar, os quaes serão assignados pelos próprios vendedores ou pessoas que os afiançarem; e nelles estará a data da compra e a designação exacta dos objectos comprados; e o livro será patente ao fiscal respectivo, ou a qualquer autoridade policial que o exija, depositando nos cofres da Câmara 150\$000 rs. de caução. Os infractores soffrerão a pena de 8 dias de prisão e 30\$000 rs. de multa, e nas reincidências, a de 30 dias de prisão e 60\$000 rs. de multa, além das que incorrerem pelo código.<sup>22</sup>

A própria iniciativa do poder municipal em regulamentar o mercado de segunda mão e penhor é um forte indicativo de seu crescimento no período. Outro ponto que vale reforçar é que, ao que tudo indica, a grande maioria das pequenas casas de comércios e armazens de secos e molhados trabalhavam com produtos de segunda mão e empréstimos por penhor. Como mencionei anteriormente, as relações de crédito e mesmo comerciais eram tratadas publicamente, pelos jornais. Peguemos por exemplo um caso ocorrido em uma na lojinha da Rua São Pedro, 187. Segundo aviso publicado no Diário do Rio de Janeiro em 1824, consta que no dia 20 de maio, um sujeito se dizendo sapateiro e residente na rua dos Ferradores entrou na referida loja pedindo um par de meia, uma peça de ganga e como era para outra pessoa que lhe incumbira da comprar o tal sujeito negocio com o comerciante que levaria os produtos de “amostra” e em troca deixaria como penhor “3 sapatos desirmanados com números diferentes”<sup>23</sup>. São também comuns os anúncios de comerciantes avisando a respeito do prazo para evitar o leilão de “trastes” e “quinquilharias” penhoradas.<sup>24</sup> Bem como foi bastante comum ver anunciado, por “precisão” que tinham seus donos objetos mais valiosos como pratarias, colchas bordadas, indumentárias de ordens militares e religiosas, imagens

<sup>22</sup> **Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal.** Rio de Janeiro : Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, 1854. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00591600#page/1/mode/1up>>

<sup>23</sup> Diário do Rio de Janeiro, Junho de 1824, Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&PagFis=4181](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=4181)>

<sup>24</sup> Diário do Rio de Janeiro, 1820-40, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <<http://memoria.bn.br>>





sacras, móveis e joias.<sup>25</sup>

Os leilões eram extremamente comuns e variados: tecidos novos, avariados e produtos manufaturados recém chegados do porto, além de objetos e utensílios usados, vendidos para quitar dívidas e mercadorias penhoradas nas diversas casas de varejo da cidade. A incidência e publicidade dada aos leilões pelos periódicos cariocas nos dão uma mostra da circulação de mercadorias de segunda mão e por conseguinte, a extensão do mercado informal de crédito por trás desta atividade.

O costume de se comprar e vender mercadorias usadas não parece ter sido apenas uma atividade de ocasião, como vender um produto após a compra de um novo. Diversos indivíduos fizeram desta atividade sua profissão. Conhecidos como belchiores, estes comerciantes se reuniam em feiras ambulantes ou concentrados na Rua Senhor dos Passos, conhecido reduto das casas de Belchior e penhor da cidade. Estas feiras de produtos usados causavam transtorno e foram alvo da reclamação dos comerciantes com casa estabelecida na praça, insatisfeitos com a concorrência.

Os periódicos cariocas estão repletos de notas a respeito dos belchiores da rua Senhor dos Passos. Negociações mal sucedidas onde os envolvidos partiram para as vias de fato, negócios suspeitos com leiloeiros da câmara e disputas entre belchiores rivais, com acusações de invasão de “território” alheio com intuito de comprar mercadorias e a mais comum de todas: recepção de mercadorias roubada, como esta de agosto de 1851:

(...) o meu vizinho tem uma porta travessa, assim a mode de portinhola de alçapão falso, por onde entrão os escravos com as colheres de prata, salvas, castiçaes, roupa de cama e de mesa; utensilios de casa como tachos, caçárolas, ferro de engomar e até livros troncados! Nisto parece ele ser um verdadeiro Belchior, só com a diferença que aqui entra pelos lados o que nos Blechiores entra pela porta principal (...) o que é tudo vendido a troco de martelinhos de vinho e aguardente.”<sup>26</sup>

Já em fevereiro de 1849 uma busca policial nas casas de Belchior da Rua do Senhor dos Passos apreendeu uma série de armamentos, entre facas, espingardas e espadas velhaso que gerou algumas reclamações veementes por parte dos Belchiores “lesados” pela polícia em seu sustento, celeuma que durou alguns meses<sup>27</sup>.

As lojas de belchior, por trabalharem com produtos usados e realizar vendas por

---

<sup>25</sup> Anúncios de objetos usados são encontrados diariamente nos dois periódicos de mais circulação no período: Diário do Rio de Janeiro e Correio Mercantil. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <<http://memoria.bn.br>>

<sup>26</sup> Correio Mercantil, agosto de 1851. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <<http://memoria.bn.br>>

<sup>27</sup> Correio Mercantil, 14 de fevereiro de 1849. fl.3; Correio Mercantil, 27 de agosto 1850. fl.2 Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>



consignação, tonaram-se também ponto de escoamento de uma produção doméstica muitas vezes negligenciada pela historiografia. Em abril de 1824, o periódico O Jornal trás uma reclamação a respeito dos fabricantes de artefatos em couro (seriam mais de 100) que trabalhavam de suas moradias e tinham por hábito vender seus estoques nas lojas de belchiores, não pagando com isto o devido imposto e prejudicando os produtores e comerciantes regularizados da praça<sup>28</sup>. Este pequeno anúncio chama atenção para o que seria uma considerável presença de pequenos produtores e empreendedores que se mantinham as margens do mercado de trabalho formal.

Esta análise preliminar sobre o mercado de segunda mão e penhor na cidade do Rio de Janeiro oferece indícios importantes a respeito das estratégias de sobrevivência trabalho de uma parcela significativa da população carioca. Mesmo não estando inseridos diretamente nos quadros do mercado de varejo é possível percebermos que a venda e penhor de objetos de segunda mão acabou por fazer surgir um “comerciante” dentro de cada trabalhador carioca – comprar, vender e emprestar fazia parte do dia a dia da população. A expansão do mercado interno e desenvolvimento urbano criou uma série de novas necessidades e abriu oportunidades de trabalho e investimentos que seguem até hoje a espera dos historiadores.

#### *Fontes*

**Codigo de Posturas da Illustrissima Camara Municipal.** Rio de Janeiro : Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, 1854. Disponível em:

<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00591600#page/1/mode/1up>>

Biblioteca Nacional

Hemeroteca Digital Brasileira <http://memoria.bn.br/>

O Jornal

Diário do Rio de Janeiro

Correio Mercantil

#### *Bibliografia*

**BULMER-THOMAS, V. The Economic History of Latin America since Independence. 2**

---

<sup>28</sup> O Jornal 1824 Hemeroteca Digital Brasileira.  
<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&PagFis=15951](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&PagFis=15951)>



ed. Cambridge, U.K. ; New York: Cambridge University Press, 2003.

GRAHAM, R. **Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914**. CUP Archive, 1972.

ADAMS, A. A. **The Caixa Economica: A social and economic history of popular banking in Rio de Janeiro, 1821--1929**, 2006. Phd Thesis, Harvard University, Cambridge, MA, 2005.

ALMICO, R. C. S. **Dívida e Obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs. XIX/XX**. Tese de Doutorado. UFF. Niterói, 2009.

BRITO, M. S. **Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX**. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP. São Paulo, 2006,

CARVALHO, J. M. de. *D. João e as histórias dos Brasis*. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 56, 2008.

CAULFIELD, S. The Making of the Carioca Working Class: Social History of Rio de Janeiro during the First Republic. *Luso-Brazilian Review*, v. 28, n. 2, p. 99–105, 1 dez. 1991.

CURRARINO, R. Toward a History of Cultural Economy. **The Journal of the Civil War Era**, v. 2, n. 4, p. 564–585, 2012.

FARIAS et all. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

FONTAINE, L. **Alternative Exchanges: Second-hand Circulations from the Sixteenth Century to the Present**. Berghahn Books, 2008.

FRAGOSO, J. L. R e FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia : Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, J. L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

FRANCOIS, M. E. **A Culture of Everyday Credit: Housekeeping, Pawnbroking, and Governance in Mexico City, 1750-1920**. U of Nebraska Press, 2006.

FRANK, Z. L. **Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-century Rio de Janeiro**. [S.l.]: UNM Press, 2004.

GRAHAM, R. **Feeding the City: From Street Market to Liberal Reform in Salvador, Brazil, 1780–1860**. University of Texas Press, 2010.

HASKELL, T. L.; TEICHGRAEBER, R. F. **The culture of the market: historical essays**. Cambridge [u.a.: Cambridge University Press, 1996;



MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87). *Rev. Bras. Econ.* vol.56, n.1, pp. 147-170, 2002;

OLIVEIRA, M. L. F. DE. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900.** São Paulo: Alameda, 2005.

RYAN, J. J. **Credit where Credit is Due: Lending and Borrowing in Rio de Janeiro, 1802-1900.** Phd Thesis. University of California. Los Angeles. 2005;

SCHULTZ, K. **Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821.** Psychology Press, 2001

SEWELL, W. H. A Strange Career: The Historical Study of Economic Life. **History and Theory**, v. 49, n. 4, p. 146–166, 2010;

SOARES, L. C. **O “povo de cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX.** Rio de Janeiro, 7Letras, 2007.

STOKES, M.; CONWAY, S. **The market revolution in America: social, political, and religious expressions, 1800-1880.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1996.

WOLOSON, W. A. **In Hock: Pawning in America from Independence through the Great**